



**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia/ SECADI/ MEC
Curso de Especialização em Educação em e para os
Direitos Humanos, no contexto da Diversidade
Cultural**

**INCLUINDO AS DIFERENÇAS EM FAVOR DOS
DIREITOS HUMANOS**

**Nome: Tarciana Flavia Pereira Botelho
Orientador (a): Dra. Sainy Coelho Borges Veloso**

**Brasília/DF
2015**

TARCIANA FLAVIA PEREIRA BOTELHO

INCLUINDO AS DIFERENÇAS EM FAVOR DOS DIREITOS HUMANOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília (UnB), como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural.

Brasília/DF
2015

Botelho, Tarciana Flavia Pereira

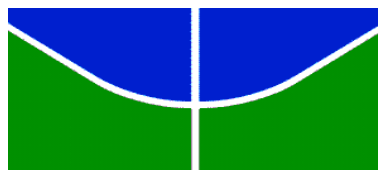
Incluindo as Diferenças em Favor dos Direitos Humanos / Tarciana Flavia Pereira Botelho. – Brasília, 2015.

97 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2015.

Orientador/a: Dra. Sainy Coelho Borges Veloso

[Projeto Político Pedagógico – Inclusão – Direitos Humanos]



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia/ SECADI/ MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

O Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Tarciana Flávia Pereira Botelho, intitulada Incluindo as Diferenças em favor dos Direitos Humanos, submetido ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, no âmbito da SECADI/MEC, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural, foi defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof^a. Dr^a. Sainy C. B. Veloso
Faculdade de Artes Visuais -FAV
Universidade Federal de Goiás - UFG

Brasília, novembro de 2015

Aos meus alunos e pais que lutam diariamente
para incluir seus filhos na escola.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a UnB pela oportunidade ímpar de estudar em uma universidade pública, gratuita e de muita qualidade. Agradeço a Professora Dr^a Sainy Coelho Borges Veloso pela atenção e carinho com que me orientou.

“Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também de gerá-lo.”

Paulo Freire (1987, p 83)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a reflexão sobre o papel da equipe de gestão escolar frente à inclusão de estudantes em defesa dos Direitos humanos.

Para tanto, parte-se de um estudo sobre o projeto político da escola, o trabalho realizado pelos professores e análise de dados de um questionário sobre as diferenças e o trabalho na escola. Segue também os objetivos que tentam responder como o PPP- Projeto Político Pedagógico da escola trata as diferenças e respeita os direitos das crianças, o papel do Currículo em movimento, no Capítulo II – Analisar os projetos realizados na escola e seu papel na Inclusão da inclusão do aluno com deficiência e das diferenças. Identificar como o corpo docente compreende a inclusão e se o processo de inclusão educacional garante os Direitos Humanos na escola. Conclui-se que é preciso tratar a inclusão escolar e as diferenças na escola, favorecendo as ações coletivas que possam ampliar a discussão sobre as diferenças e os direitos humanos na escola. É fundamental que ampliemos a discussão sobre a inclusão e os direitos humanos envolvendo a comunidade escolar, favorecendo o diálogo. Cabe à equipe gestora propor um diálogo permanente, sobre a diversidade, a inclusão em uma educação em e para os direitos humanos, numa proposta abrangente onde toda a comunidade educacional possa estar trabalhando junto, reconhecendo no outro um sujeito singular.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Inclusão, Direitos Humanos

Sumário

CAPÍTULO 1. INCLUINDO AS DIFERENÇAS EM FAVOR DOS DIREITOS HUMANOS	12
1.1. O CURRÍCULO.....	13
1.2. CONSTRUINDO O PPP FRENTE À DIVERSIDADE	14
1.3 A GESTÃO ESCOLAR.....	14
CAPÍTULO 2. DOS OBJETIVOS	16
2.1. OBJETIVO GERAL.....	16
2.2. OBJETIVO ESPECÍFICO	16
CAPÍTULO 3. METODOLOGIA	17
3.1 OS PARTICIPANTES	17
3.2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	17
3.3 CONTEXTO DA INTERVENÇÃO NA ESCOLA	19
CAPÍTULO 4. ANÁLISE DE DADOS.....	20
4.1. A EQUIPE GESTORA.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

APRESENTAÇÃO

Nossa sociedade deseja uma ordem social mais justa e igualitária em que todos os cidadãos possam ser respeitados e ter uma vida com dignidade. Essa luta por igualdade e dignidade são valores que estão na base da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi construído a partir de 1948, elaborado através do reconhecimento dos direitos civis, sociais, históricos e políticos, trazendo também o direito a educação como universal.

As contradições que assinalam nossa sociedade como a pobreza, as desigualdades sociais entre ricos e pobres, as discriminações de raça ou gênero, ou diferenças culturais, são reproduzidas dentro do ambiente escolar, elas são mais visualizadas, onde há maior diversidade. Entanto, pode passar despercebida, assim como a discriminação, ou mascarada por mau comportamento.

É, pois, para sanar essas discriminações que o processo de inclusão escolar de uma instituição educacional deve, não somente garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes, como também, se ater aos comportamentos do público escolar: professores, alunos, família. É neste sentido, que esse projeto contribui com a questão, uma vez que amplia conhecimentos em meu processo formativo e, conseqüentemente, do público alvo.

Nos debates da atualidade sobre inclusão, emerge diante da organização do ensino escolar brasileiro, o árduo desafio de garantir a permanência do aluno nas instituições educacionais, pois seu abandono da escola é decorrente de inúmeros fatores. A escola dentro de uma proposta inclusiva deve realizar mudanças na organização pedagógica, na qual se reconheça as diferenças e procurem diminuir a discriminação e segregação desses alunos. Segundo Mantoan (2003, p. 15), o sistema educacional tem vivido dificuldades em garantir uma escola para todos e com qualidade e a inclusão inflama esta discussão dentro de um sistema educacional brasileiro que luta para atender as diferenças regionais, o conservadorismo das escolas, o grande número de alunos, dentre outros fatores que desafiam a escola e sua gestão.

Ao se pensar e repensar sobre essas questões e sobre as diferenças dentro do espaço escolar, a deficiência como um atributo fundado na relação homem-meio e as pessoas com deficiências como sujeitos de direitos, urge abraçar novas reflexões, mudanças de olhares e ações sobre as barreiras físicas ou provenientes de um processo arraigado de preconceito- para se garantir efetivamente uma educação de qualidade. Educação que dever ser pautada nos direitos humanos e respeito às diferenças. Assim pensando, esse projeto amplia os espaços de

discussões voltados para o conhecimento a respeito dos Direitos Humanos, de nossas diferenças e do respeito a elas. Somente desse modo, atentando-se para o fato e o direito cada um ser respeitado em suas diferenças, a comunidade escolar, gestores, professores, servidores, pais, alunos poderão resolver essa questão. Educar em Direitos Humanos e Diversidade exige de todos e principalmente da comunidade escolar, o exercício dos direitos individuais e coletivos, respeito mútuo a construção de novos paradigmas numa convivência de paz e harmonia coletiva, que começam dentro da escola.

CAPÍTULO 1. INCLUINDO AS DIFERENÇAS EM FAVOR DOS DIREITOS HUMANOS

O processo de inclusão escolar sugere que uma instituição educacional e de qualidade é direito de todos os estudantes. E a inclusão educacional e a diversidade existente na escola inflamam as discussões sobre não só do acesso e permanência da criança na escola como também traz a tona a fragilidade do sistema escolar e dos educadores, desafios a serem superados dentro de uma perspectiva de Direitos Humanos, a propor e reconhecer a importância das diferenças, sejam elas de cor, gênero, de deficiência ou qualquer outra que possa marcar o aluno ou a comunidade escolar em que esteja inserido. Dentro desta proposta de uma educação de qualidade pra todos e com respeito às diferenças e os direitos humanos, uma escola transformada deve surgir para diminuir a discriminação desses alunos. Maria Victoria Benevides (2004. p 56-65) nos alerta que *igualdade não significa homogeneidade* e traz como premissa que o direito à igualdade pressupõe o direito à diferença. Premissa essa fundamental para fomentar práticas escolares que promovam e respeitem os direitos humanos.

1.1. O CURRÍCULO

Currículo é um instrumento estruturado que dá sentido e materialidade ao processo pedagógico. É, uma espécie de amálgama sedimentador da cultura mais ampla e dos conhecimentos veiculados nas instituições educativas" (BORGES, 2008, p.10). Seu conceito pode ser expresso por uma teoria pedagógica que busca traduzir uma leitura da realidade social, sofrendo influencia pelo tempo histórico em que é produzida, assim sendo, concepções de currículo tem transitado e ainda transita entre o que se pensa e o que se afirma como tradicional, crítico e pós-crítico, definindo os princípios, valores e fins sociais da educação, advindo, dessa definição, quais conhecimentos que serão priorizados pela escola e quais os comportamentos serão esperados dos alunos e alunas.

Silva (2011) nos afirma que as teorias tradicionais são consideradas neutras, científicas, desinteressadas, enquanto as teorias críticas e as teorias pós-críticas argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica ou desinteressada, mas implicam em relações de poder em favor da manutenção ou transformação da realidade posta por meio do tipo de conhecimento escolarizado ofertado. Enquanto as teorias tradicionais produzem conhecimentos e saberes dominantes e se concentram em questões técnicas e organizativas, as teorias críticas e pós-críticas estão preocupadas com as conexões entre saber, identidade e poder, portanto o currículo da Educação Básica se fundamenta na Pedagogia Histórico-Crítica que esclarece sobre a importância dos sujeitos na construção da história, formados nas relações sociais e na interação com a natureza para a produção e reprodução de sua vida e de sua realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza. Conseqüentemente, “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2003, p. 07), exigindo que seja uma prática intencional e planejada.

E trabalhando com a temática dos Direitos Humanos, diversidade e inclusão, vários objetivos se interligam na construção de valores socialmente apreciáveis e desejáveis, desenvolvendo propostas de desenvolver experiências educativas que tenham no respeito, na pluralidade cultural e desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equilibrada. E ao abrir espaço para as discussões e o ensino da tolerância e respeito, produzindo e provocando análises, segundo SILVA, 2003, p. 89 “[...] dos processos pelos quais as diferenças são produzidas através de relações de assimetria e desigualdade”. Essas diferenças, são propostos como eixos transversais: educação para a diversidade, educação para a cidadania, educação para a sustentabilidade e educação para e em direitos humanos.

1.2. CONSTRUINDO O PPP FRENTE À DIVERSIDADE

O Projeto Político-Pedagógico é avaliado por VASCONCELLOS, apud OLIVEIRA, 2004, como um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição nesse processo de transformação. É um importante mecanismo de construção da identidade da escola, permeado dos diversos posicionamentos políticos e elaborado de acordo com a realidade de cada uma das Instituições de Ensino numa dimensão pedagógica.

Uma educação em Direitos Humanos e Diversidade na escola não depende só de uma prática educativa, que valoriza o outro na sua singularidade, mas também que essa prática seja permeada por valores que construam, fortaleçam e consolidem uma cultura de respeito, tolerância e paz entre todos os membros da comunidade escolar.

1.3 A GESTÃO ESCOLAR

Uma mudança de modelo de administração por gestão trouxe às organizações educativas um novo conceito de direção do trabalho escolar, movimentando forças do talento humano e uma sinergia coletiva, que nada mais é do que os esforços do grupo voltados para a melhoria do ensino. Segundo Luck (2009, p. 99) gestão é:

“[...] uma expressão que ganhou corpo no contexto educacional acompanhando uma mudança de paradigma no encaminhamento das questões desta área. Em linhas gerais, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos.”

A gestão democrática “[...] é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisa-se de métodos democráticos, de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho” (GADOTTI, 2000, p. 3). Buscando uma gestão que valorize o outro, estimulando neste seio práticas democráticas de decisão, haverá uma influência direta nas formas como a diferença é lida em sala de aula, isto é no trabalho docente.

Os direitos humanos são frequentemente entendidos como aqueles inerentes ao ser humano. A concepção de Direitos Humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza. São assegurados legalmente pela lei de direitos humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana.

Para tanto, no processo de comunicação e desenvolvimento entre dentro de um grupo como a escola, devemos estar atentos aos processos de comunicação entre os membros da comunidade escolar, se desenvolvem produzindo, revendo e partilhando os significados da cultura. Na escola, um diálogo com múltiplas vozes, envolve divergências na construção do contexto histórico, refletindo processos ideológicos dentro da produção social..

Segundo Vygotski(1931/2000), é ao longo das interações das pessoas umas com as outras e com os objetos materiais que o ser humano se desenvolve. E a medida que vamos desenvolvendo, aprendemos, transformamos e retransformamos os significados.

Quando se constrói o projeto político pedagógico, temos na comunicação a principal ferramenta de construção dentro da escola essas trocas de conhecimento e segundo CHAGAS & PEDROSA, 2013, a educação de qualidade só se realiza quando esse processo de construção fundamental está diariamente fundamentado na valorização e constituição de um espaço educativo e onde todos são valorizados.

A construção de um ambiente democrático num ideal participativo e visando a melhoria do ensino, tem no professor em sala de aula com seus alunos, o representante e condutor de construção de uma vivência democrática e participativa que segundo Candau (2008) esse processo é de empoderamento.

CAPÍTULO 2. DOS OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Investigar o papel da gestão escolar na inclusão de estudantes em defesa dos direitos humanos.

2.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Verificar se o Projeto Político Pedagógico da escola trata sobre as diferenças e respeito aos direitos das crianças.

Identificar como o corpo docente compreende a inclusão e se o processo de inclusão educacional garante os direitos humanos na escola.

Esboçar como o corpo docente e a escola trabalham a inclusão e as diferenças na escola e reconhece os direitos humanos.

CAPÍTULO 3. METODOLOGIA

Essa investigação tem como objeto de estudo o papel da gestão escolar na inclusão dos estudantes e se propõe qualitativa/quantitativa. A investigação qualitativa não se preocupa com números, mas sim com a explicação sobre o objeto de estudo, seu aprofundamento e como ele será compreendido pelas pessoas. Por sua vez, diferente da pesquisa qualitativa, a investigação quantitativa busca por resultados que possam ser quantificados, pelo meio da coleta de dados sem instrumentos formais e estruturados de uma maneira mais organizada e intuitiva. (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013)

Quanto ao tipo de pesquisa é teórica, de campo, com intervenção. A primeira, com base em bibliografia constrói um arcabouço teórico para explicar a pesquisa. A segunda vai muito além da observação dos fatos e fenômenos e faz uma coleta do que ocorre na realidade a ser pesquisada. Os dados conseguidos são, posteriormente, interpretados com base em uma fundamentação teórica sólida com a finalidade de elucidar o problema pesquisado. Por sua vez, a intervenção além de envolver planejamento, realiza interferências (mudanças pedagógicas) destinadas a produzir avanços, melhorias, nos processos de aprendizagem. (DAMIANI et al, 2003, p. 53).

3.1 OS PARTICIPANTES

Neste ano de 2015 a escola possui 5 turmas de 1º período, 4 turmas de 2º período, 5 turmas de 1º ano, 4 turmas de 2º, 3º e 4º ano e 3 turmas de 5º ano e 1 Classe Especial. Dessas turmas, 8 são cci - classe comum inclusiva, com uma monitora para atender alunos com necessidades educacionais especiais. Do quadro de professores, de 30 turmas, 13 são contratos temporários e 5 são substitutos da equipe de gestão da escola e 3 coordenadores.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A escola está localizada na Ceilândia Norte – DF. Foi fundada no ano de 1972. Nesta ocasião esta Instituição Educacional atendia beneficiários de 1ª a 5ª séries do Ensino Fundamental, apresentando um total de 1.410 educandos. A nova escola tinha como função o atendimento às famílias que foram trazidas, para esta localidade, após serem removidas de diversas invasões existentes no Distrito Federal à época. O movimento responsável pela remoção denominava-se CEI (Campanha de Erradicação de Invasões), sigla esta que originou

o nome da cidade. Em 1977, após uma reorganização do sistema escolar, esta passou a ter a denominação atual. A Instituição Educacional apresenta 5 (cinco) pavilhões compostos por: salas de aula, sala de professores, sala de coordenação, sala de recursos/ SOE (Serviço de Orientação Educacional), sala do SEAA/ Serviço Especializado de Apoio a Aprendizagem, sala de vídeo, salas administrativas(direção da escola, secretaria), sala de leitura, sala de auxiliares, cantina, pátio, banheiros para alunos do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, laboratório de informática, que se encontra desativado após uma reforma do forro da sala, quadra poliesportiva coberta e parque recreativo (destinado aos alunos de educação infantil e 1º ano).

A condição estrutural do prédio é considerada de razoável a boa, graças ao compromisso e competência da equipe, ao zelo dos profissionais que nela atuam e a importante parceria da Administração de Ceilândia que possibilitou a construção da quadra poliesportiva e também a reforma do parque recreativo da Educação Infantil, interdito desde 2004.

A escola se beneficia do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) desde 2008, através dos programas Educacenso, IDEB, Prova Brasil, Provinha Brasil e Ensino Fundamental de 9 anos, acrescentando em sua pasta de trabalhos objetivos e metas de desempenho e qualidade nos serviços prestados.

Atualmente, esta Instituição Educacional conta com aproximadamente 50 funcionários que cumprem as seguintes funções: professores auxiliares, merendeiras, secretária escolar e apoio técnico administrativo, para atender em torno de 740 alunos.

A comunidade, beneficiária externa das ações escolares, possui características dos usuários de classes populares, apresentando muitas necessidades, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho desta Instituição de Ensino. Diante do cenário nacional, a educação da comunidade da Ceilândia Norte enfrenta inúmeros problemas como: violência, famílias pouco participativas, evasão escolar, recursos limitados, dificuldades para promover o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, índice elevado de reprovação, entre outros. O Conselho Escolar é bem participativo e comparecem em reuniões que ocorrem uma vez por mês, às terças-feiras pela manhã. Um episódio ocorrido entre uma aluna armada que efetuou três disparos com arma de fogo em uma coordenadora, mas que não teve um desfecho trágico, a escola assumiu um dos compromissos de fomentar uma cultura de paz entre os membros da comunidade escolar.

3.3 CONTEXTO DA INTERVENÇÃO NA ESCOLA

A escola deu abertura para o estudo do PPP¹ desde o início do ano letivo (reformulação). Em uma reunião que houve na escola, os professores foram divididos em grupos segundo o segmento a que pertencem: educação infantil, ensino fundamental 1º ano, 2º ano, 3º ano do ensino fundamental de 9 anos, e Educação Física. O Ensino Especial representado pela classe especial se juntou ao primeiro ano. Foram discutidos os aspectos do PPP e divididos os temas do currículo por bimestre seguindo os eixos norteadores de cidadania, educação em e para os Direitos Humanos e diversidade. Outra reunião aconteceu para reelaborar os aspectos do PPP, dos objetivos até os conteúdos, mas ainda não se discutiu a temática da importância de estar explicitado no PPP especificamente sobre os direitos humanos e a diversidade.

Na separação do conteúdo por bimestre, foram identificados dentro do currículo da Secretaria de Educação do DF, os temas pertinentes em todas as áreas que dizem respeito à diversidade em e para direitos humanos na escola. Após a seleção dos conteúdos, os professores deram abertura para conversar sobre os direitos humanos e diversidade dentro da escola e da comunidade escolar. Desse processo somente os professores, direção da escola e equipe de apoio participaram. Os servidores foram convidados a participar só que não compareceram. Foi realizado um questionário sobre inclusão e diversidade e direitos humanos, aplicados ao professor, equipe de apoio e coordenadores. O questionário foi composto por sete questões sobre o PPP, a inclusão e os direitos humanos, passando pelos trabalhos que são realizados na escola e que atendem à temática.

Com relação a equipe gestora, Diretora, Vice-Diretora, Supervisora Pedagógica e Secretária Escolar, foram lançadas duas perguntas a respeito do papel que cabe a equipe gestora para garantir a inclusão do aluno e garantir o respeito à diversidade.

CAPÍTULO 4. ANÁLISE DE DADOS

4.1. A EQUIPE GESTORA

A equipe gestora trabalha na organização da escola em diferentes aspectos, como a que envolve a administração de documentos, a gerência de recursos, a merenda escolar e as específicas de cunho pedagógico, fundamental para todo o processo que engloba a aprendizagem e acompanhamento dos alunos e profissionais que trabalham na escola.

Na visão de Lück (2009, p. 96) o adjetivo Pedagógico, que tem por intuito “influenciar sistemática e organizadamente os processos de aprendizagem de pessoas, mediante método compatível com os resultados pretendidos”.

E é consenso entre a equipe gestora, que o pedagógico passa pela construção de um Projeto Político Pedagógico consciente, com a participação de todos e que seus elementos não fiquem só no papel para serem figurados como um documento estanque que não condiz com a realidade da comunidade. Para se ter coerência nas práticas pedagógicas, é preciso que a gestão, assuma um compromisso com uma Educação em Direitos Humanos, trabalhando com o corpo docente para que todos, segundo TAVARES, 2007, assumam o entendimento que o respeito aos Direitos Humanos é fundamental para todos/as se não averá a possibilidade de despertar essa ideia e sentimento nas outras pessoas.

Como a equipe gestora pode promover e o processo da escola inclusiva garantindo o respeito à diversidade?
--

Diretora: contribuindo com o processo de discussão do PPP da escola e intervindo com a comunidade escolar quando necessário e assegurando que todos tenham acesso à educação.
--

Vice-Diretora: Prevendo e participando no PPP projetos voltados ao atendimento às diferenças promovendo o desenvolvimento de valores humanos, que são primordiais para criar na unidade escolar o respeito aos estudantes com necessidades especiais e garantir o respeito à diversidade por parte de todo o corpo docente e funcionários.

Assistente Pedagógica: conhecendo as Leis vigentes sobre inclusão e diversidade e as estratégias propostas para a escola inclusiva, incentivando o corpo docente, favorecendo a formação continuada, com ações que atendam todos os estudantes

da escola independente de suas limitações.
--

Secretária: Com ações que promovam o processo de organização e desenvolvimento da escola. Cumprindo meu papel ajudando a comunidade nas suas necessidades.

Para Tesani (2004, p. 44) a compreensão do papel da gestão no processo de educação inclusiva é assumir que:

“[...] este tem o papel de implementar a política; ou seja, realizar em ações o que a proposta de Educação Inclusiva se propõe a fim de (re)significar e (re)construir culturas inclusivas [...]. O gestor que prevê a articulação com o currículo em torno da avaliação, procedimentos metodológicos, conteúdo e aprendizagem, bem como, do fazer pedagógico, propriamente dito que operacionaliza a interação dos elementos escolares, na promoção do fazer coletivo a fim de construir e legitimar objetivos educacionais comuns, direcionados em práticas pedagógicas mais inclusivas.”

A convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência (1999), afirma que todas as pessoas portadoras de deficiência possuem os mesmos direitos humanos e garantias da sua liberdade fundamental como quaisquer outros, confirmando o direito a não discriminação com relação a dignidade, igualdade e a escola tem seu papel fundamental de trazer o atendimento adequado ao aluno.

“Toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e sua liberdade fundamental (...)”

Com relação às variáveis que envolvem a garantia de espaços reais de aprendizado, e inclusão da diversidade, os gestores percebem que a capacitação, a busca pelo conhecimento, resultando na mudança de mentalidade sobre a diversidade e inclusão é primordial para se garantir uma escola que possa assegurar um ambiente propício para a aprendizagem.

Quais são as variáveis que estão em jogo para a garantia de espaços reais de aprendizagem na escola?	Quais são as variáveis que estão em jogo para a garantia de espaços reais de aprendizagem na escola?
Diretora:	Diretora: A formação e capacitação do profissional que se encontra na escola, desenvolvimento da empatia, conhecimento para extinguir o preconceito com relação a diversidade existente na escola.
Vice-Diretora:	Vice-Diretora: A maneira como avaliamos nossos

	alunos, o tempo didático, atividades que são significativas e intervenções pedagógicas adequadas.
Assistente Pedagógica:	Assistente Pedagógica: um ambiente realmente acolhedor e que passe para o aluno que ele pertence aquele lugar, uma proposta pedagógica eficiente, realmente capaz de incluir todos, compromisso e comprometimento com a educação de qualidade.
Secretária:	Secretária: Na minha concepção leiga, percebo como mais importante a mudança da mentalidade de toda a comunidade escolar que atendemos.

Com a Educação em Direitos Humanos (EDH) tem como alvo imediato, a formação da pessoa em todas as suas dimensões com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de sua condição cidadã (TAVARES,2007.)

O professor ao reconhecer seu papel no processo ensino-aprendizagem e identifica que é no dia a dia que por meio de tensões, contradições e conflitos, construindo os caminhos de afirmação de uma cultura dos direitos humanos que penetre todas as práticas sociais e seja capaz de favorecer processos de democratização, de articular a afirmação dos direitos fundamentais de cada pessoa e grupo sócio-cultural, de modo especial os direitos sociais e econômicos, com o reconhecimento dos direitos à diferença (CANDAUI, 2001).

As seguintes perguntas foram lançadas ao corpo docente para esboçar como enxergam a inclusão, a diversidade em face aos direitos humanos.

1- Você acredita que a inclusão pode ser uma garantia dos Direitos Humanos na escola? Porque?
2- como você realiza o ensino da diversidade na sua aula para garantir os Direitos Humanos?
3- você conhece o PPP da escola? Já participou da sua formulação? Como?
4- Quais projetos, ações realizadas na escola favorecem a inclusão, a Diversidade e os Direitos Humanos? Qual a sua participação nesses projetos?
5- “A formação ética para a cidadania ou formação de valores demanda um ensino dialógico e democrático que parta dos saberes e das experiências cotidianas e

contextualizadas dos alunos.”

A escola propicia este diálogo, momentos de debates? E como ocorre esse diálogo em sala de aula?

Dos 30 questionários entregue aos professores, 18 responderam as questões, estando outros 3 de atestado sem substitutos e 9 professores mesmo constantemente chamados a entregar, não submeteram os questionários à pesquisa. As respostas foram porque não gostam de responder, porque não estavam com tempo, ou porque esqueceram. Então, a análise será de forma geral a captar o pensamento da maioria dos professores.

Quando instados na primeira pergunta sobre se acreditam na Inclusão e que pode ser uma garantia de assegurar os Direitos Humanos, 13 professores acreditam sim porque a inclusão reafirma o direito de todos à educação, a integração do ser no desenvolvimento dos seus direitos, porque são inerentes ao ser humano, para garantir o aprendizado sistematizado e ao convívio social. Alguns acreditam parcialmente pois não é somente estar numa classe inclusiva que vai garantir os direitos de aprendizagem, porque é preciso bem mais para que se promova a igualdades de direitos, porque não depende só da inclusão da criança na escola.

Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan (2003, p 21):

A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retraçando. É inegável que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e que o conhecimento, matéria-prima da educação escolar, está passando por uma reinterpretação. [...] Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos.

No processo cotidiano de ensino-aprendizagem, os professores se utilizam de uma série de recursos para levar o aluno ao resultado positivo em sala de aula. O ensino sobre a diversidade e os direitos humanos, é visto por todos os professores, como importante e necessário e o trabalho em sala de aula, são utilizados vários recursos como a história, teatro, peças teatrais, música, textos, desenhos, projetos, diálogo, levando os alunos a se perceberem, percebendo o outro, reconhecendo-se como sujeitos de direitos e deveres, oportunizando o acesso a informação, às Leis, fazendo reflexões pertinentes aos temas. Todos entendem que a diversidade deve ser respeitada, mostrada e ensinada na escola. Portanto, os professores

parecem perceber que é ao longo das interações das pessoas umas com as outras e com os objetos materiais que o ser humano desenvolve (VIGOTSKI, 1931/2000).

A construção do PPP de uma escola, precisa envolver toda comunidade escolar, com a participação dos profissionais da educação, conselhos escolares ou equivalentes, que se encontra normatizado pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) num princípio de gestão democrática. Todos os professores já participaram da formulação do PPP, tem conhecimento na sua maioria de todo o documento, e a participação foi através das discussões e trabalhos em pequenos grupos para constituir o corpo do PPP, através das análises do contexto escolar e realidade em que a escola está inserida. Ao construirmos os projetos de nossas escolas, organizamos a nossa intenção de fazer. Planejamos com o que é possível e lançamos sementes de uma escola que respeite a constituição das Leis, a diversidade e os Direitos Humanos. Nas palavras de Gadotti:

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.” (1994, p. 579).

O respeito ao outro é um dever básico e a escola deve ser o local dessa construção emocional, física, num movimento recíproco de respeito, buscando e construindo nas interações entre os indivíduos as regras e noções de cidadania, Direitos Humanos com o comprometimento e participação de todos. Segundo a ONU:

“As interações entre educadores e estudantes com NEE em salas de aula regulares são fundamentais para o desenvolvimento socioemocional dessas crianças. Convivendo com seus pares e com professores, elas aprendem por meio das experiências e das diferenças individuais, ampliando suas oportunidades de obtenção de conhecimento, competências, habilidades e valores. Esse é um dos propósitos da inclusão escolar, assegurada pela Declaração de Salamanca.” (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1994).

No entendimento dos professores trabalho com projetos, contempla e amplia as possibilidades de construir o conhecimento de forma global gerando uma aprendizagem significativa, norteando o trabalho. Na escola, trabalha-se o projeto dentro das sequências didáticas, de forma a atender a todos os alunos em suas especificidades. Almeida (2002, p. 58) corrobora com estas ideias destacando:

“(…) que o projeto rompe com as fronteiras disciplinares, tornando-as permeáveis na ação de articular diferentes áreas de conhecimento, mobilizadas na investigação de

problemáticas e situações da realidade. Isso não significa abandonar as disciplinas, mas integrá-las no desenvolvimento das investigações, aprofundando-as verticalmente em sua própria identidade, ao mesmo tempo, que estabelecem articulações horizontais numa relação de reciprocidade entre elas, a qual tem como pano de fundo a unicidade do conhecimento em construção”

Alguns projetos na escola são pontuais, como Educação em Movimento, que é Projeto Piloto - *Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental* proposto pela Coordenação de Ensino Fundamental - COENF e pela Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar– CEFDESC da Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB visa à melhoria da qualidade no atendimento das necessidades educacionais dos estudantes da rede pública de ensino, por meio da reestruturação didático-pedagógica inserindo o professor de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A LEI Nº 11.988, DE 27 DE JULHO DE 2009. Que traz em seu Artigo 1º que todas as escolas de ensino fundamental e médio da rede pública no País realizarão, em período a ser determinado pelas Secretarias Estaduais de Educação, a atividade denominada Semana de Educação para a Vida. Na escola todo ano ela é planejada com ações voltadas para o respeito à vida tratando temas de interesse da comunidade. Finaliza-se a Semana com uma passeata. Este ano foi “cuidado com a dengue”.

O Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência foi iniciado pelo movimento social com todas as entidades responsáveis em 1982. O dia 21 de setembro foi escolhido pela proximidade com a primavera e o dia da árvore numa representando o nascer das reivindicações de cidadania e participação plena em igualdade de condições. A data foi oficializada através da Lei Federal nº 11.133, de 14 de julho de 2005. Esta Semana fica sob a orientação da Sala de Recursos com planejamento coletivo com os professores. Diversas atividades de conscientização são realizadas para a sensibilização de todos no respeito às diferenças e direito das pessoas com deficiência.

Projeto Aprendendo a torcer é um trabalho realizado pelos professores de Educação Física que apresentam através de apresentações em slides, vídeos, situações práticas de jogo, como respeitar o outro em uma situação de plateia.

A semana da consciência Negra, é trabalhada na escola e foi instituída oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011 e no dia 20 de novembro é celebrado o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, fazendo referência à morte de Zumbi líder do Quilombo dos Palmares. Através da arte, música, palestras e outras apresentações, a escola se movimenta para não só cumprir a Lei, mas trabalhar a diversidade.

Democracia na escola é promover experiências onde os estudantes tomam parte central na prática cotidiana. Em uma educação para a cidadania não pode ser realizada segundo GADOTTI, 1997, por objetivos impostos aos alunos, sem questionamentos. A escola é um lugar onde se constrói o ser em busca da compreensão de direitos de todos os envolvidos no processo educacional. Dentro desse contexto, abrir espaços para a discussão dá voz aos alunos, promovendo seu crescimento. É consenso entre os professores a existência em sala de aula desse diálogo franco e aberto. E entre os professores, acontece nas coletivas, discussão do PPP, nos dias letivos temáticos e em seus planejamentos diários.

Aconteceu na escola a I PLENARINHA, para dar voz à insatisfação dos alunos e colher deles o que é bom na escola. Momentos em que a escola vê os alunos como pessoas que tem opiniões e podem contribuir com o crescimento e melhoria dos espaços educativos. Os alunos depois de estudo sobre o que gostavam e não gostavam na escola, leitura de poemas e textos sobre direitos e deveres, pode elencar as dificuldades que passam a escola. Foi escolhido dois porta-vozes para relatar os problemas e possíveis soluções.

As turmas da Educação Infantil fizeram uma passeada e foram pessoalmente reivindicar para a equipe gestora que dirige a escola que os recebeu e acolheu dentro de um clima de respeito e alegria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola como instituição social responsável pela formação ética e instrução das novas gerações, precisa assumir seu papel na construção de uma sociedade mais justa, equânime e solidária. A luta pela garantia de igualdade de condições e de oportunidades para todas as pessoas passa, necessariamente, por uma educação em que o respeito mútuo, o reconhecimento das diferenças e a possibilidade de trabalhá-las sejam objeto de ações cotidianas em todos os espaços e tempos educativos.

Por isso, a construção do Projeto Político Pedagógico sua formulação e reformulação deve acontecer, em um ambiente que possa privilegiar o diálogo, onde o grupo reconheça que o outro fundamental para o seu desenvolvimento. É no contexto das interações sociais e pessoais que os nossos valores se mostram junto com preconceitos presentes na nossa cultura e muitas vezes não sabemos explicar o porque de os termos, mas que pode ser modificado quando assumimos uma postura de observação histórica, crítica, e a consciência de quem somos, a compreensão dos direitos humanos e diversidade. Não só a construção do Projeto Político Pedagógico pode garantir a inclusão e o respeito às diferenças, mas uma mudança no que se diz e no que se faz dentro da Instituição.

Este documento, representa o pensamento, as relações e atividades que são realizadas na escola e deve ser sempre consultado e visto como um mecanismo de trabalho coletivo.

Na construção do PPP, todos ligados à comunidade escolar devem contribuir para sua elaboração e implementação: pais, professores, gestores, servidores, conselho escola. A escola ainda não conseguiu envolver todos esses elementos nesta construção, devendo se organizar para conseguir tal intento. Um primeiro passo é a convocação do Conselho escolar, que tem representantes nos segmentos dentro da instituição.

Uma escola que padroniza a educação, promove a exclusão dos alunos e impede que o educando conviva e aprenda a respeitar o outro. Lima (2005, p. 100) afirma que “assumir o compromisso de organizar uma escola inclusiva está longe de ser uma tarefa fácil, cômoda ou simples”, porque mexe com valores arraigados no meio educacional, expondo nossas limitações e preconceitos. Mas precisamos, de acordo com Mantoan(2003, p 14):

(...) preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber os “alunos que aprendem apesar

da escola” e é mais fácil ainda encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recaí sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais.

Para a promoção de uma educação em e para os Direitos Humanos e Diversidade tendo em vista as análises realizadas, acreditamos que a equipe gestora é das mais importantes para um contexto educacional inclusivo, pelo do papel que desempenha na condução do planejamento e organização da escola, para atender toda a diversidade que ali se encontra. Logo, é de capital importância que a equipe se conscientize da importância de se conscientize, porque será o espelho de toda comunidade escolar. E esse trabalho de pesquisa deverá ser continuado e aprofundado devido a importância da temática currículo, gestão e inclusão escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.E.B. de. **Como se trabalha com projetos** (Entrevista). Revista TV ESCOLA. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, nº 22, março/abril, 2002.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Brasília: MEC; 1996.

CANDAU, Vera Maria Multiculturalismo e Direitos Humanos. In: BRASIL. **Construindo a Cidadania: desafios para o século XXI – Capacitação em rede**. Recife: Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, 2001. p. 43-48.

SOARES, Maria Victoria Benevides. **Cidadania e Direitos Humanos**. In: CARVALHO, Jose Sérgio (Org.). *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 56-65.

BORGES, Livia Freitas Fonseca. Currículo, cultura e docência: uma tríade integrada. In: GALVÃO, Afonso e SANTOS, Gilberto Lacerda dos. **Coletânea de trabalhos apresentados no 9º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste**. Brasília: Líber livro Editora: ANPED, 2008.

BRASIL. Resolução nº4 de 13 de julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental – Anos Iniciais**. Brasília, 2014.

Katz, J., & Mirenda, P. (2002). Including students with developmental disabilities in general education classrooms: social benefits. *International Journal of Special Education*, 17 (2), 26-36.

LÜCK, H. **A dimensão participativa da gestão escolar**. Gestão em Rede (Brasília), Curitiba, v. 57, n. out, p. 1- 6, 2004.

OLIVEIRA, Irailde Correia de Souza. **Educação e Mudança: O Projeto Político-Pedagógico da escola e a função coordenadora da gestão escolar**. Maceió: UFAL, 2004.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1994). Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: Autor.

PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online : Mais de 1000 cursos online com certificado
<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/50264/metodologia-cientifica-tipos-de-pesquisa#ixzz3pVFky1xP>

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Porque? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. p. 13-20 e 27-34.

TEZANI, T. C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103> **A diversidade em sala de aula e a relação professor-aluno** Estud. psicol. (Campinas) vol.28 no.4 Campinas Oct./Dec. 2011

ANEXOS

A - Educação em Movimento



B - Semana de Educação para a Vida



C - Semana de luta da pessoa com deficiência

Apresentação da peça “flor de maio”



D - Estudo em coletiva



E - PROJETO APRENDENDO A TORCER

Projeto Aprendendo a Torcer: Por uma cultura esportiva livre de todas as formas de discriminação. Preparatório para receber o golbol e o rugby de cadeira de rodas.





F- LANCHE COLETIVO



G - I Plenarinha



H- Passeata da Educação Infantil

